



IDENTIDADE DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, COMUNIDADE LGBTQIA+ E PESSOAS TRANS: O QUE PENSAM E COMO AGEM DISCENTES UNIVERSITÁRIOS(AS) DA ÁREA DA SAÚDE

**Sofia Belfort Bomfim¹; Arthur Dellazeri Cortez²; Eduarda Luiza Maciel da Silva³;
Eduarda Vaz Oliveira⁴; Cláudio Claudino da Silva Filho⁵**

1 Introdução

A população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, e demais gêneros fluidos e não-binários), apesar de ter conquistado maior reconhecimento, ainda é, muitas vezes, invisibilizada, carregando o peso da discriminação. Tal cenário de preconceito também é encontrado na assistência em saúde a essa comunidade, especialmente a pessoas trans, o que enseja seu afastamento desses espaços de cuidado (ROCON et al., 2016).

No Brasil, apesar da previsão de políticas públicas, como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (criada em 2011), ainda há uma grande lacuna quanto ao efetivo acesso à saúde por essa comunidade, em especial, por pessoas trans. Na prática, particularmente devido à falta de acolhimento dos profissionais da área, não raramente, são tratadas de modo hostil, o que as afasta e prejudica seus cuidados com a saúde (ROCON et al., 2016).

Como o atendimento pelos profissionais da saúde tem grande influência nesses aspectos e sua atuação é desenvolvida a partir do modelo da formação, é importante entender como a construção do itinerário acadêmico dos cursos interfere em sua prática, moldando os discentes para suas carreiras (WHO, 2010). Considera-se fundamental a compreensão das particularidades e da relevância da inserção desses temas na matriz curricular de profissionais de saúde, pretendendo-se, sob a ótica dos estudantes, incentivar

1 Acadêmica de Medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, bolsista PIBIC/CNPq, contato: sofia.belfort.b@gmail.com

2 Acadêmico de Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, contato: arthurdellazericortez@gmail.com

3 Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, contato: eduardaluizamds@gmail.com

4 Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, contato: eduarda.vaz01@hotmail.com

5 Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-2017), Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA-2012), Especialista em Preceptoría no Sistema Único de Saúde pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) do Hospital Sírio Libanês (2017), Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-2008). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó-SC, dos cursos de Enfermagem e Pedagogia, Coordenador Adjunto do Curso de Graduação em Enfermagem e Vice-Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFFS). Contato: claudio.filho@uffs.edu.br



modificações, para permitir aproximação aos LGBTQIA+, contribuindo para a colocação em prática dos princípios da universalidade, equidade e integralidade, preconizados pelo SUS.

2 Objetivos

O objetivo geral consiste em compreender as Representações Sociais, saberes e práticas de discentes universitários(as) em cursos da área de saúde sobre identidade de gênero, orientação sexual e a comunidade LGBTQIA+, com ênfase para pessoas trans.

3 Metodologia

A pesquisa tem caráter descritivo, exploratório, em uma abordagem qualitativa que utiliza como eixo teórico a Teoria das Representações Sociais. Para a coleta dos dados, foram feitas entrevistas individuais por videochamada com dez discentes dos cursos de Enfermagem e Medicina (cinco de cada curso) da UFFS, *campus* Chapecó, nos meses de junho e julho de 2020. Do curso de Enfermagem, 1 pessoa na 3ª fase, 1 pessoa na 5ª fase, e 3 pessoas na 9ª fase, de um total de 10 fases no curso. Do curso de Medicina: 2 pessoas da 6ª fase, 2 pessoas da 8ª fase, e 1 pessoa da 10ª fase, de um total de 12 fases no curso. Os critérios de inclusão foram ter mais de 18 anos e estar regularmente matriculado no respectivo curso, e o de exclusão, estar afastado por algum motivo. As entrevistas se basearam em formulário semiestruturado dividido em três etapas, e foram gravadas com consentimento dos/as participantes, durando em média 30 minutos cada. A primeira, com dados sociodemográficos; a segunda, por Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), utilizando os indutores: identidade de gênero, orientação sexual, comunidade LGBTQIA+ e pessoas trans; a terceira, a partir de roteiro com questões de aprofundamento do tema. Para a análise dos dados, foi realizada a exploração do material, trazendo impressões das entrevistas e buscando compreender as representações dos estudantes sobre o tema e os aspectos de sua inserção na matriz curricular, confrontando com estudos que abordam a temática. Além disso, a análise dos dados qualitativos foi baseada na análise categorial temática proposta por Laurence Bardin. A pesquisa iniciou após aprovação ética pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS), mediante registro na Plataforma Brasil e no Sistema CEP/CONEP pelo CAAE nº 19369019.8.0000.5564, e Parecer consubstanciado de aprovação nº 3.547.323.

4 Resultados e discussão

Dos 10 estudantes entrevistados, sete disseram ser do sexo feminino e três do sexo



masculino; desses, oito se identificaram como cisgênero, ou seja, com identidade de gênero em conformidade com seu sexo biológico, e dois como homens trans. Ainda, oito entrevistados afirmaram ser heterossexuais, um era homossexual e um era pansexual.

No TALP, o indutor “identidade de gênero” foi, para a grande maioria, visto como uma questão de autoconhecimento, reflexão e reconhecimento da identidade como sujeito; boa parte ligou ao preconceito e à dificuldade de enxergar-se como fora da norma; alguns trouxeram os sentimentos de confusão e de desconhecimento acerca do tema, e outros poucos remeteram à coragem e ao orgulho, principalmente aqueles identificados como transgênero. A “orientação sexual” foi, na maioria das entrevistas, associada à liberdade. Muitos ligaram ao afeto, sentimento, atração e sexualidade; alguns, ainda, abordaram aspectos ligados à sociedade e ao preconceito. Sobre a “comunidade LGBTQIA+”, a maior parte falou em união e suporte; os entrevistados que disseram fazer parte dessa população, relacionaram à família e à compreensão; muitos falaram sobre a luta por direitos e alguns sobre o estigma social carregado. Quanto às “pessoas trans”, houve muitas correlações com coragem, sobrevivência, superação e força; alguns abordaram o autoconhecimento e a expressão e falaram também sobre não pertencimento, vulnerabilidade, violência e marginalização; houve uma entrevista em que o indutor foi ligado à prostituição, como um espaço em que sujeitos comumente se encontram.

A entrevista em profundidade abordou a opinião dos estudantes quanto à inserção do tema na sua formação e as possibilidades disso. Percebeu-se que todos consideraram o assunto relevante para discussão em seus cursos, afirmando que acreditam não saber o suficiente para atender plenamente essa população. Conforme muitos, o tema não costuma ser abordado em aulas e/ou atividades teórico-práticas e estágios, e, quando é, aparece de modo superficial ou relacionado a fatores de risco (principalmente sobre infecções sexualmente transmissíveis). Quanto à Política Nacional de Saúde Integral LGBT, todos os alunos da Enfermagem a conheciam, ainda superficialmente, enquanto quase todos os da Medicina disseram desconhecer-na (apenas um disse conhecer, mas por projeto de extensão, não tendo sido trabalhada em aula).

Quando perguntados sobre como trabalhar o tema, muitos disseram que deveria permear todos os componentes curriculares, especialmente abordando o atendimento (exemplo utilizado foi o exame preventivo de câncer de colo de útero e a necessidade de realização em homens trans, aspecto ignorado nas aulas). Alguns sugeriram a criação de um componente específico, mas com a consideração que, se não fosse obrigatório, poderia acabar



sendo cursado apenas por pessoas que já se interessam pelo assunto. Outros sugeriram simulações práticas de atendimento a essa população, sobretudo pessoas trans, a fim de naturalizar um futuro contato com esses pacientes. Foi levantada por alguns a importância da capacitação dos professores para que incluam essa discussão em suas aulas e abordem o tema com maior propriedade.

Os achados das entrevistas se assemelham aos resultados de outras pesquisas da área, como estudo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que apontou lacuna no ensino em saúde acerca da temática LGBTQIA+ e sua relação com a prática, levantando, ainda, a importância da participação estudantil na produção desses debates (FMUSP, 2019).

5 Conclusão

A partir da pesquisa, ficou claro que os estudantes consideram importante que a temática LGBTQIA+ seja trabalhada ao longo da formação acadêmica, mostrando-se relevante a necessidade de buscar novas estratégias didático-pedagógicas e de formação aos docentes que considerem os aspectos dessa comunidade. Como a grande maioria dos estudantes estava em fases avançadas de seus cursos, avalia-se como preocupante a invisibilidade das temáticas identidade de gênero e orientação sexual, para além de sua abordagem em uma disciplina específica já que se configuram como temáticas transversais. É possível inferir que ainda há um longo caminho para uma abordagem mais ampla desse assunto nos currículos de saúde, apesar disso, o anseio dos estudantes por essa discussão, pode, felizmente, ser um facilitador desse processo. A pesquisa (em andamento) contará com a participação de outros cursos da saúde.

Referências

- FMUSP, C. O. Determinantes sociais no currículo médico. **Revista de Medicina**, v. 98, n. 2, p. 155-157, 29 abr. 2019.
- ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, ago. 2016.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Measuring sexual health: conceptual and practical considerations and related indicators**. Geneva, 2010.

Palavras-chave: saúde coletiva; pessoas transgênero; políticas públicas de saúde; currículo; formação profissional em saúde.

Financiamento

Bolsista pelo PIBIC do CNPq, por edital nº 335/GR/UFFS/2019, aprovado pelo edital Nº 658/GR/UFFS/2019, de agosto de 2019 a agosto de 2020.